

Estado e Sociedade frente às Questões Sociais

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



Estado e Sociedade frente às Questões Sociais

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E79	Estado e sociedade frente às questões sociais [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7247-801-4 DOI 10.22533/at.ed.014192111 1. Brasil – Política social. 2. Estado e sociedade. 3. Serviço social. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco. CDD 361.61
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book "Estado e sociedade frente às questões sociais" apresenta 23 artigos que tratam de temáticas vinculadas às situações de vulnerabilidade e risco social, bem como, formas de organização e mobilização da sociedade frente a estas, que se expressam através da garantia de direitos, dos aspectos culturais e das políticas públicas implementadas pelo Estado.

Os artigos estão organizados em quatro seções, conforme segue: "**Cultura, percepções e construção de imagem**" com cinco artigos através dos quais são debatidos aspectos relacionais e de contexto que contribuem para formação da identidade e cultura em seu entorno. "**Estado e Políticas Públicas**" apresenta nove artigos que dialogam sobre os direitos estabelecidos e a materialização destes enquanto políticas públicas, pautando-se de forma concomitante os desafios postos diante das reformas ensejadas pelos preceitos neoliberais que incidem na fragilização da atuação estatal; Na seção "**O direito e os seus desdobramentos na sociedade contemporânea**" são apresentados seis pesquisas que congregam debates voltados para os direitos estabelecidos e inferências diante dos aspectos criminológicos, adolescência e a prática de atos infracionais, relações de trabalho, tecnologia e processos eleitorais. Por fim, a seção "**Categoria de análise e questões epistemológicas**" apresenta dois artigos que analisam a superpopulação relativa a partir da categoria marxiana e os problemas epistemológicos nas ciências humanas no Brasil.

As temáticas abordadas são bastante atuais e apresentam relação entre si. Contribuem para a divulgação de estudos e análises voltadas para os desafios postos nas relações da sociedade contemporânea.

Boa leitura a todos!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CULTURA, PERCEPÇÕES E CONSTRUÇÃO DE IMAGEM

CAPÍTULO 1	1
A CRIAÇÃO DE UMA <i>CITY IMAGE</i> DO RIO DE JANEIRO ATRAVÉS DA ECONOMIA CRIATIVA	
Alice dos Santos Braga	
DOI 10.22533/at.ed.0141921111	
CAPÍTULO 2	10
<i>HALLYU WAVE</i> : A CULTURA COMO MECANISMO DE SOFT-POWER SUL-COREANO	
Fernanda Vieira Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.0141921112	
CAPÍTULO 3	22
PADRÕES DE BELEZA NA SOCIEDADE: EXPRESSÕES NO COTIDIANO ESCOLAR	
Rosilda Arruda Ferreira	
Djavan Thiago Santos Oiteiro	
Monique Santos da Silva	
Thaiane Almeida Souza	
DOI 10.22533/at.ed.0141921113	
CAPÍTULO 4	35
“VIOLÊNCIA, DESORDEM E BEBEDEIRAS”: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO CLUBE FORRÓLÂNDIA NO MUNICÍPIO DE ORLÂNDIA-SP (2000-2010)	
Bruno César Pereira	
Vania Vaz	
DOI 10.22533/at.ed.0141921114	
CAPÍTULO 5	46
PAI ALCOOLISTA: PERCEPÇÕES E VIVÊNCIAS DE UMA FILHA	
Elizabeth Filgueira da Costa	
Daniela Heitzmann Amaral Valentim de Sousa	
Kay Francis Leal Vieira	
Ivana Suely Paiva Bezerra Mello	
DOI 10.22533/at.ed.0141921115	

ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 6	58
A ATUAÇÃO DO ESTADO, ENQUANTO GARANTIDOR DE DIREITOS, DIANTE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE: AS ENCHENTES SAZONAIS DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO	
Régis Hartmann	
Carina Valesca Soares Lima	
Lanna Chely Bezerra Dias da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.0141921116	

CAPÍTULO 7	76
A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NA PERSPECTIVA DO NEOLIBERALISMO E DA PROTEÇÃO SOCIAL: DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746/17 À LEI Nº 13.415/17	
Marcos Felipe Rodrigues de Sousa Alessandra Pereira Nunes Raimunda Eliene Sousa Silva Suziany de Oliveira Portéglio	
DOI 10.22533/at.ed.0141921117	
CAPÍTULO 8	90
COMO SE ARTICULAM NO ESPAÇO PÚBLICO INDICADORES FISCAIS E POLÍTICAS SOCIAIS? OS EFEITOS DA EMENDA CONSTITUCIONAL 95/2016 SOBRE O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE À LUZ DE UMA ABORDAGEM PÓS-ESTRUTURALISTA	
Bruno Moretti Elton Bernardo Bandeira de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.0141921118	
CAPÍTULO 9	102
DESIGUALDADE SOCIAL E INSUFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE À POBREZA	
Francisco Mesquita de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0141921119	
CAPÍTULO 10	116
O GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO ADOTA A AGENDA 2030 EM SUA ESTRATÉGIA PÚBLICA?	
Cândido de Souza Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.01419211110	
CAPÍTULO 11	137
POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL	
Adelcio Machado dos Santos Jucielle Marta Baldissareli	
DOI 10.22533/at.ed.01419211111	
CAPÍTULO 12	146
DEVER DO ESTADO EM GARANTIR O ACESSO À INTERNET COMO PRESSUPOSTO DE EFETIVIDADE SOCIAL DA CIDADANIA DIGITAL	
Eid Badr	
DOI 10.22533/at.ed.01419211112	
CAPÍTULO 13	159
A CRISE NA VENEZUELA E O DIREITO DOS REFUGIADOS NO BRASIL	
Jonas Modesto de Abreu Bruno Henrique Martins de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.01419211113	

CAPÍTULO 14	172
MAIS DESENVOLVIMENTO, MAIOR TRANSPARÊNCIA? UMA ANÁLISE DO IMPACTO DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL NO SEU GRAU DE TRANSPARÊNCIA	
Pedro Severino do Nascimento Silva	
DOI 10.22533/at.ed.01419211114	
O DIREITO E OS SEUS DESDOBRAMENTOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	
CAPÍTULO 15	187
A POSSIBILIDADE DE EQUIPARAÇÃO SALARIAL DA ATIVIDADE-FIM DO TERCEIRIZADO COM O EMPREGADO CONTRATADO DIRETAMENTE PELA TOMADORA DE SERVIÇO	
Ticiania Poncio de Lima	
Felipe Oswaldo Guerreiro Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.01419211115	
CAPÍTULO 16	206
CRIMINOLOGIA FEMININA AFETIVA: ANÁLISE SOB A ÓTICA DO ABOLICIONISMO E MINIMALISMO PENAL	
Isael José Santana	
Julia Romano Barbosa	
Raul Dias Ferraz	
DOI 10.22533/at.ed.01419211116	
CAPÍTULO 17	218
DELINQUÊNCIA FEMINIL: BREVES ASPECTOS HISTÓRICOS E CRIMINOLÓGICOS	
Ana Carolina Medeiros Costa Paula	
Isael José Santana	
DOI 10.22533/at.ed.01419211117	
CAPÍTULO 18	231
REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: É POSSÍVEL PENSAR DIFERENTE	
Rosalice Lopes	
Giovanna Loubet Ávila	
DOI 10.22533/at.ed.01419211118	
CAPÍTULO 19	243
O DIREITO À PRIVACIDADE EM FACE DA INTERAÇÃO CÉREBRO-MÁQUINA: A NECESSIDADE DE UMA ÉTICA DO ACESSO AO PENSAMENTO	
Lafaiete Luiz do Nascimento	
Diogo de Calasans Melo Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.01419211119	
CAPÍTULO 20	256
COMPETIÇÃO ELEITORAL COMO INCENTIVO À CORRUPÇÃO: ANÁLISE DAS ELEIÇÕES 2014 PARA GOVERNADOR E OS CASOS PERCEBIDOS DE COMPRA DE VOTOS	
Pedro Henrique Ribeiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.01419211120	

CATEGORIAS DE ANÁLISE E QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS

CAPÍTULO 21	270
A ATUALIDADE DA CATEGORIA MARXIANA DA SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA: TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS	
Ana Virgínia do Nascimento Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.01419211121	
CAPÍTULO 22	282
PROBLEMAS EPISTEMOLÓGICOS NAS TESES DE CIÊNCIAS HUMANAS NO BRASIL	
Rodrigo Dutra Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.01419211122	
CAPÍTULO 23	291
UM ESTUDO DE CASO DAS ASSOCIAÇÕES DE COLETORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE FLORIANÓPOLIS – SC	
Alessandra Knoll Sérgio Luís Boeira	
DOI 10.22533/at.ed.014192111223	
SOBRE A ORGANIZADORA	307
ÍNDICE REMISSIVO	308

COMPETIÇÃO ELEITORAL COMO INCENTIVO À CORRUPÇÃO: ANÁLISE DAS ELEIÇÕES 2014 PARA GOVERNADOR E OS CASOS PERCEBIDOS DE COMPRA DE VOTOS

Pedro Henrique Ribeiro da Silva

Universidade Federal de Campina Grande –
UFCG
Campina Grande – Paraíba

Corrupção; Compra de votos

ELECTORAL COMPETITION AS AN INCENTIVE TO CORRUPTION: ANALYSIS OF THE 2014 ELECTIONS FOR GOVERNOR AND THE PERCEIVED CASES OF VOTE BUYING

RESUMO: Eleições livres e justas são garantias necessárias à configuração das poliarquias, sendo a competitividade e a incerteza dos concorrentes quanto ao seu desempenho suas características inerentes. Assim, combater a corrupção eleitoral é uma das maneiras de fomentar o regime democrático. Porém, poderia a competição servir de incentivo à corrupção? Partindo deste problema, utilizou-se de *proxys* de competitividade (margem da vitória) e de corrupção eleitoral (percepção de casos de compra de votos) para testar a hipótese de que quanto maior a competitividade, mais corrupção é percebida. Os dados utilizados foram os resultados das eleições para governador em 2014 e as respostas à pesquisa encomendada pelo TSE que continha questão específica sobre a percepção de compra de votos. Foram realizados testes estatísticos demonstrando uma tendência de corroboração da hipótese. Entretanto, a demonstração da causalidade dependeria da inclusão de variáveis de controle no modelo, o que se relega para estudos subsequentes.

PALAVRAS-CHAVE: Eleições; Competição;

ABSTRACT: Free and fair elections are necessary guarantees for the configuration of polyarchies, with the competitiveness and uncertainty of competitors regarding their performance being their inherent characteristics. Thus, combating electoral corruption is one way to foster the democratic regime. But could competition serve as an incentive for corruption? From this problem, we used competitiveness proxies (margin of victory) and electoral corruption (perception of vote buying cases) to test the hypothesis that the higher the competitiveness, the more corruption is perceived. The data used were the results of the 2014 governor election and the responses to the TSE-commissioned survey that contained a specific question about the perception of vote buying. Statistical tests were performed showing a tendency to corroborate the hypothesis. However, the demonstration of causality would depend on the inclusion of control variables in the model, which relies on subsequent studies.

KEYWORDS: Elections; Competição;

1 | INTRODUÇÃO

Em sua obra *Poliarquia*, DAHL (2005) classifica os governos tendo em vista duas dimensões da democracia: contestação pública (Liberalização) e direito de participação (Inclusividade). Em seu entender, quanto maior a possibilidade de competição pelo poder em determinado Estado, maior o seu grau de democratização. Visto deste modo, a existência de mecanismos que diminuem a competição ou que a tornam inidônea, ferem, frontalmente a própria democratização de um Estado.

A corrupção, por sua vez, desde ARISTÓTELES (2002), era vista como uma forma de corromper um governo, quando o incumbente buscasse mais fins pessoais do que republicanos. O'DONNELL (1998) percebeu os riscos da corrupção para os governos, mas elencou um risco ainda maior, que poderia levar não apenas à deterioração, mas ao fim de um Estado: a usurpação, que seria a tomada das competências públicas por agentes privados.

Exemplo de usurpação citado pelo autor seria, exatamente, a compra de votos. Segundo ele, o agente que alicia o eleitor usurpa seu poder de escolher o governante, pois, de fato, o usurpador é quem exerce o voto, por completo. Ele substitui a vontade do usurpado pela sua. Este conceito, embora interessante, não encontra reverberação na Ciência Política, pois a maioria dos estudiosos consideram a compra de votos como uma forma de corrupção eleitoral, como se percebe, por exemplo, em SPECK (2003).

De todo modo, o fenômeno da corrupção eleitoral, aparentemente, também retira incentivos do próprio sistema eleitoral adotado, conforme já pontuado por CHANG (2005) que, expandindo estudo feito por NYBLADE E REED (2008), que formulou os conceitos de *Cheating* e *Looting*, realizou análise inferencial sobre os efeitos da incerteza proporcionada pela alta competitividade da eleição para as câmaras legislativas italianas como causas de corrupção eleitoral.

A hipótese daquele autor era a de que quanto maior a incerteza sobre o sucesso ou derrota eleitoral, maiores seriam os incentivos que um candidato teria para buscar mais recursos do que dispõe para ganhar o pleito de forma lícita. Deste modo, quando há uma clara possibilidade de vitória, ainda que incerta, a corrupção estaria justificada.

Propõe-se, justamente, verificar se os resultados encontrados por CHANG (2005) podem ser replicados no Brasil, onde também são noticiados muitos casos de corrupção.

Não se olvide que este exame já foi elegantemente realizado por BATISTA (2013). Apesar disto, o presente estudo mostra-se relevante pela utilização de outros dados. Caso o resultado alcançado seja semelhante, a teoria que embasou o estudo mostrar-se-á ainda mais robusta. Aquela autora valeu-se de informações retiradas de relatórios da CGU e analisou eleições para Prefeito, enquanto aqui foram utilizados

dados da pesquisa encomendada pelo TSE e realizada pela empresa Checon Pesquisa/Borghi Lowe, sendo analisadas as eleições para Governador.

Para as finalidades deste estudo, serão considerados como indicadores de corrupção os números apresentados na pesquisa encomendada pelo TSE relativos aos casos de compra de votos. Como indicador de competitividade, utilizaremos o mesmo parâmetro utilizado por BATISTA (2013), qual seja, a margem da vitória dos eleitos em relação ao segundo colocado. Dadas as limitações deste trabalho, foi utilizada estatística descritiva, sendo elaborados gráficos de dispersão para verificação de linearidade entre as variáveis e, por fim, foi realizado teste de correlação de Pearson.

2 | ELEIÇÕES E COMPETITIVIDADE

A competitividade sempre foi vista como um dos principais valores de uma democracia a ser fomentada e mantida. EDGEL et al (2015) já afirmavam que diante da impraticabilidade da democracia direta em grupos maiores, a representativa passou a ter nas eleições uma resposta institucional chave para a essência do pensamento democrático: governo do povo, pelo povo.

Tamanha é a importância das eleições que já se realizaram vários estudos sobre seus efeitos para a democracia. EDGEL (2015), inclusive, passou a testar se a realização de eleições (que tem ínsitas em sua natureza a competitividade), por si só, possuíam algum efeito democratizante. As hipóteses testadas eram se a realização de eleições democratizavam ou se forneciam legitimação a regimes autoritários, valendo-se de dados coletados sobre pleitos ocorridos desde 1900 até 2012.

Apesar de algumas discrepâncias regionais (os autores apontam que a realização de eleições na Ásia tem pouco ou nenhum efeito nas liberdades civis ou na prevalência do estado de direito), os achados de EDGEL (2015) demonstraram um forte efeito democratizante da manutenção de eleições periódicas, especialmente durante a “terceira onda de democratização”, conforme delimitado por HUNTINGTON (1994).

Diferente não poderia deixar de ser. As eleições são o arranjo institucional necessário para o desenvolvimento da democracia, como já apontavam LINZ e STEPAN (1996), que assim dispuseram:

Segundo, a democracia não pode ser pensada como consolidada até que uma transição democrática tenha sido completada. Uma condição necessária, mas de nenhuma forma suficiente para a complementação de uma transição democrática é a realização de eleições livres e contestadas (na base de uma larga inclusividade de elegíveis ao voto) que preencha os sete requerimentos institucionais para as eleições em uma poliarquia que Robert A. Dahl estabeleceu. Tais eleições não são suficientes, entretanto, para completar uma transição democrática. Em muitos casos (e.g. Chile em 1996) em que eleições livres e contestadas foram realizadas, o governo resultante de tais eleições carecia de poder *de jure* e *de facto* para determinar políticas em muitas áreas significantes porque os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário ainda são decisivamente constrictos por um conjunto de

intertravadas “reservas de domínio”, por “prerrogativas” militares ou “enclaves autoritários”.

A literatura atual da Ciência Política aponta no sentido de que a competição funciona como um meio de contenção da corrupção. Essa visão indica que a incerteza eleitoral inibe os políticos de cometerem atos corruptos pois, caso descobertos (e a competição auxiliaria justamente neste monitoramento), podem ser punidos eleitoralmente. Neste sentido, podemos citar a obra de MONTINOLA e JACKMAN (2002), que concluíram que em países onde a competitividade eleitoral era de alguma forma limitada, era provável a ocorrência de corrupção, mesmo em eleições livres e justas.

PRZEWORSKI, STOKES e MANIN (1999), por sua vez, indicam que os eleitores usam seu voto para duas finalidades: escolher os melhores líderes e mantê-los assim, substituindo-os caso deixem de sê-lo. Os autores, ao elencarem os requisitos para que o voto seja assim utilizado, demonstram que a competitividade tem grande papel neste tipo de *accountability*, chegando a atribuir à oposição o papel chave de manter o eleitorado informado sobre a performance dos incumbentes.

Verifica-se, portanto, que a competitividade trazida pelas eleições é uma das facetas que deve ser fomentada, inclusive, como forma de fortalecimento da democracia, combatendo-se todos os meios que possam maculá-la, como a corrupção.

3 | CORRUPÇÃO ELEITORAL

Em MELO (2011), expõe-se que os estudos sobre corrupção, de forma geral, se dividem na análise de três aspectos básicos, a saber: (a) causas, (b) efeitos e (c) conceituação. Esta última é importante para esclarecer, exatamente, o que se entende por corrupção, sua lógica endógena, seus mecanismos e sua dinâmica.

Conforme afirmado por MIRANDA (2018), a conceituação de corrupção, apesar de aparentar se tratar de simples questão semântica, termina por demonstrar alto grau de complexidade, não existindo ainda nenhum conceito unânime sobre o que vem a ser o fenômeno estudado, nem sobre a forma de mensurá-lo.

Para demonstrar esta diversidade conceitual, cite-se, por exemplo, MELO (2011), que entende que a corrupção é a ação de um agente, público ou privado, que, em parceria com outros, violam normas e capturam recursos para si ou para o grupo ou instituição de que ao menos um dos envolvidos faz parte. Já MIRANDA (2018), define:

Corrupção é o pagamento ilegal (financeiro ou não) para a obtenção, aceleração ou para que haja ausência de um serviço feito por um funcionário público ou privado. A motivação da corrupção pode ser pessoal ou política tanto para quem corrompe quanto para quem é corrompido

NYABLADE e REED (2008) apresentam dois preceitos interessantes, que serão depois utilizados por BATISTA (2013) para elaboração do conceito de corrupção a ser adotado neste trabalho. Segundo os autores, *looting*, seria a prática de atos ilegais para a obtenção de ganhos pessoais por parte dos incumbentes. Seria o caso, por exemplo, de um político que “vende” a sua influência. Já *cheating*, seria a ilegalidade praticada para finalidades eleitorais, ou seja, seria a “trapaça” praticada por um concorrente com finalidade de (re)eleição. Exemplo deste último é, justamente, a compra de votos.

BATISTA (2013), valendo-se dos conceitos de NYABLADE e REED (2008), assim define corrupção:

corrupção será aqui considerada a transação entre um político e um ator privado, na qual o primeiro transfere um bem físico ou um direito de propriedade ilegalmente para um determinado ator privado, em troca de ganhos materiais ou eleitorais

Sendo a corrupção uma maneira de se macular um certame, tornando-o não livre ou injusto, deve-se buscar combatê-la, evitando que ultime por corroer a democracia. Apesar das dificuldades de mensuração, para os fins deste trabalho, o conceito acima mostra-se adequado por apresentar uma operacionalização mais simples, posto que se pode utilizar como indicador de corrupção os casos percebidos de compra de votos, sendo esta a variável dependente deste estudo, coletados em survey, técnica que, segundo MELO (2018) é a mais utilizada em estudos deste tipo, no Brasil..

4 | INCENTIVOS DA COMPETITIVIDADE À CORRUPÇÃO

KUNICOVA e ROSE-ACKERMAN (2005) discorrem sobre como os sistemas eleitorais podem ser utilizados como obstáculos para corrupção. As autoras explicam que as eleições podem ser utilizadas pelos eleitores para punir candidatos que cometem atos desviados. Sendo assim, os candidatos podem se sentir intimidados a não cometer ilegalidades, pois seu concorrente pode descobrir o desvio e divulgá-lo, resultando na perda de voto ou mesmo sanções por órgãos de controle.

Em seus estudos, as autoras esperavam que o sistema de representação proporcional de lista fechada fosse o que mais apresentasse incentivos à corrupção. Porém, seus testes empíricos mostraram que não haveria disparidade entre o de lista aberta ou fechada. Porém, apresentou-se maior tendência à corrupção nos sistemas de representação proporcional do que nos majoritários. Este achado, inclusive, refuta a hipótese de LIJPHART (2003), que sustentava que os sistemas de representação proporcional provocariam menos casos de corrupção. O argumento das autoras para justificar os resultados era a maior dificuldade de monitoramento dos políticos pelos eleitores e pela oposição quando o sistema de representação proporcional é adotado em comparação com o sistema majoritário.

Outro importante fator a ser levado em consideração é o fato de que a competição intrapartidária presente no sistema de lista aberta não é encontrado no sistema de lista fechada. Assim, naquele sistema, além da identificação do eleitor com o partido, há a necessidade do candidato se sobressair pessoalmente dentre os demais, o que, segundo CHANG (2005) também funciona com incentivo à busca por recursos externos, que não sejam destinados ao partido, mas individualmente ao candidato.

BATISTA (2013), por sua vez, apresenta estudo semelhante. Seu trabalho demonstrou que o incentivo maior à corrupção não seria advindo especificamente do sistema eleitoral, mas sim do moderado grau de incerteza do candidato quanto ao seu sucesso eleitoral. Esta hipótese anteriormente corroborada por CHANG (2005) novamente mostrou-se válida, mesmo em eleições majoritárias.

BATISTA (2013), afirma e comprova que quanto maior a margem da vitória, maiores são os casos de corrupção. Apesar da validade desta hipótese (incumbentes com maior apoio eleitoral não se importam em cometer atos corruptos), CHANG (2005) demonstrou que este quadro seria de certeza quanto ao seu sucesso e não de incerteza. Para ele, tanto a certeza do sucesso quanto a certeza da derrota serviriam de incentivo à corrupção.

Em interessante passagem, CHANG (2005) chegou a informar que, ao menos na Itália, a ocorrência de corrupção seria “contagiosa”, posto que, diante da incerteza, os candidatos sentiam-se impelidos a buscar recursos ilegais. Observe-se o excerto:

“A intuição é a de que um legislador vai se prontificar a cometer corrupção se ele prever uma competição com oponentes corruptos, pois é muito difícil para um legislador ser eleito divulgando sua lisura aos eleitores quando seus oponentes estão utilizando meios ilegais de comprar votos. Assim, a corrupção pode ser considerada “contagiosa”, pois um legislador será forçado a ser corrupto se ele fizer campanha em um distrito mais corrupto e, estando os concorrentes em equilíbrio, pode-se esperar uma grande difusão de corrupção” (tradução livre do autor)

Neste contexto, este estudo buscou, além de utilizar outros dados, em outras eleições majoritárias, avaliar se a segunda hipótese de CHANG (2005) se mantém. O resultado esperado é que a incerteza quanto ao resultado (competitividade) tenha correlação negativa com o nível de corrupção percebido. Eis a hipótese deste trabalho:

H1: Quanto menor a margem da vitória, maior será a percepção da compra de votos

5 | DADOS E TESTE EMPÍRICO

A mensuração da variável dependente (compra de votos) não é tarefa das mais simples, pois o próprio fenômeno da corrupção é de difícil observação. MELO (2011) já alertava que os envolvidos nesses atos sempre tentam ocultar a sua realização ou a sua participação. Deste modo, ainda não existe um único indicador capaz de expressar, exatamente, o nível de corrupção em dada localidade. Ainda assim, isto

não deve impedir o seu estudo.

Como apontado por AHMAD (2001), existem três principais abordagens metodológicas para a coleta de dados sobre corrupção, a saber: questionários, levantamento de ocorrências midiáticas e relatórios de agências de controle. Cada um destes métodos apresenta vantagens e desvantagens, porém, todos são vastamente utilizados nos estudos empíricos sobre corrupção.

Para o estudo proposto, foram usados dados da pesquisa encomendada pelo TSE e realizada pela empresa Checon Pesquisa/Borghi Lowe (2014). Foram realizadas 1.964 entrevistas em todo o país no ano de 2014, conforme disponibilizado no site do TSE via painel, utilizando diferentes critérios de segmentação. Participaram cidadãos portadores de título eleitoral de ambos os sexos, maiores de 18 anos, de todos os estados. Utilizaram-se as respostas à questão “*testemunhou ou teve conhecimento de casos de compra de votos nas eleições de 2014?*”

28% dos entrevistados afirmaram que testemunharam ou sabiam da ocorrência de casos de compra de votos. Este relevante número demonstra que em 2014 a compra de votos também teve peso. Pontue-se, também, que este percentual poderia ser ainda maior, pois 8% preferiram não responder e 4% disseram não saber. Em números absolutos, apurou-se o seguinte:

UF	Porcentagem de respostas positivas	Total de entrevistas	UF	Porcentagem de respostas positivas	Total de entrevistas
RS	18%	97	PE	37%	88
PR	21%	86	ES	37%	60
DF	21%	70	SE	37%	68
PI	22%	51	RN	38%	85
SP	22%	99	MT	38%	86
MG	22%	85	PB	39%	101
RJ	23%	105	AM	39%	69
GO	27%	73	CE	43%	95
RO	28%	76	PA	44%	81
BA	29%	73	AL	45%	78
SC	33%	92	AC	48%	23
TO	33%	45	MA	48%	60
MS	35%	81	RR*	71%	17
AP	36%	20			

Tabela 1: porcentagem de respostas positivas, total de entrevistas realizadas em cada estado.

Fonte: Adaptado de BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. (2015)

Já em relação à média entre os resultados da entrevista sobre a percepção de compra de votos, pode-se observar a seguinte distribuição:

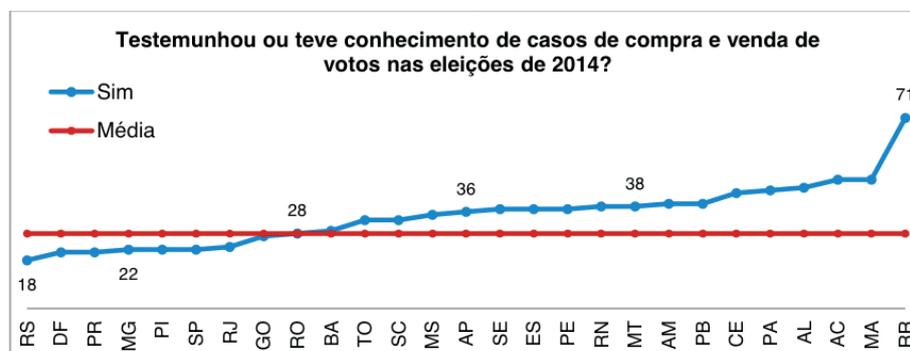


Gráfico 2: média de porcentagens de respostas positivas

Fonte: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. (2015)

O Estado de Roraima, como mostrado acima, apresentou uma percepção de compra de votos extremamente elevada, o que termina por configurá-lo como um *outlier*, motivo pelo qual, quando dos testes empíricos, ele deve ser desconsiderado para evitar o enviesamento dos resultados.

Não foi ignorado que os dados relacionados à variável de compra de votos podem ser problemáticos. A pesquisa realizada a mando do TSE, embora abrangente, não apresenta um alto número de entrevistados por estado e nem parece guardar algum tipo de proporção entre a quantidade de entrevistas e a população.

Com base nestes números pretende-se verificar se a hipótese de CHANG (2005) estaria correta, no sentido de que quanto maior a competitividade em eleições (competitividade entendida como a menor diferença de porcentagem de votação obtida pelo eleito e o não eleito), maior percepção da compra de votos.

A competitividade, por sua vez, foi mensurada da mesma forma como BATISTA (2013) o fez, ou seja, calculando-se a diferença entre a votação dos eleitos e dos derrotados.

Com relação à variável competitividade, BATISTA (2013), mensurou-a através do cálculo da diferença entre a votação do Prefeito eleito e o segundo colocado (margem da vitória). Neste trabalho também nos valeremos desta forma de mensuração, porém, aplicada às eleições para Governador.

A tabela abaixo mostra os percentuais de votação dos primeiro e segundo colocados no primeiro e segundo turno, além da margem de diferença percentual entre o primeiro e o segundo colocado, tanto no primeiro, quanto no segundo turno.

UF	1º Turno - % 1º Lugar	1º Turno - % 2º Lugar	Margem - 1º Turno	2º Turno	2º Turno - % 1º Lugar	2º Turno - % 2º Lugar	Margem - 2º Turno
AC	51,29%	30,10%	19,64%	Sim	51,29%	48,71%	2,57%
AL	52,16%	33,91%	18,25%	Não	0,00%	0,00%	0,00%
AM	43,16%	43,04%	0,12%	Sim	55,54%	44,46%	11,08%
AP	42,18%	27,53%	14,65%	Sim	60,58%	39,42%	21,16%
BA	54,53%	37,39%	17,14%	Não	0,00%	0,00%	0,00%

CE	47,81%	46,41%	1,40%	Sim	53,35%	46,65%	6,70%
DF	45,23%	27,97%	17,26%	Sim	55,56%	44,44%	11,11%
ES	53,44%	39,34%	14,09%	Não	0,00%	0,00%	0,00%
GO*	51,00%	31,58%	19,42%	Sim	57,44%	42,56%	14,87%
UF	1º Turno - % 1º Lugar	1º Turno - % 2º Lugar	Margem - 1º Turno	2º Turno	2º Turno - % 1º Lugar	2º Turno - % 2º Lugar	Margem - 2º Turno
MG	52,98%	41,89%	11,09%	Não	0,00%	0,00%	0,00%
MS	42,92%	39,09%	3,83%	Sim	55,34%	44,66%	10,68%
MT	57,25%	32,45%	24,81%	Não	0,00%	0,00%	0,00%
PA	49,02%	47,64%	1,38%	Sim	51,92%	48,08%	3,84%
PB	47,44%	46,05%	1,40%	Sim	52,61%	47,39%	5,21%
PE	68,08%	31,07%	37,01%	Não	0,00%	0,00%	0,00%
PI	63,08%	33,25%	29,83%	Não	0,00%	0,00%	0,00%
PR	55,67%	27,56%	28,11%	Não	0,00%	0,00%	0,00%
RJ	40,57%	20,26%	20,31%	Sim	55,78%	44,22%	11,57%
RN	47,34%	42,04%	5,30%	Sim	54,42%	45,58%	8,84%
RO	35,86%	35,42%	0,44%	Sim	53,43%	46,57%	6,85%
RR	41,48%	37,62%	3,86%	Sim	54,85%	45,15%	9,71%
RS	40,40%	32,57%	7,83%	Sim	61,21%	38,79%	22,42%
SC	51,36%	29,90%	21,46%	Não	0,00%	0,00%	0,00%
SE	53,52%	41,37%	12,16%	Não	0,00%	0,00%	0,00%
SP	57,31%	21,53%	35,78%	Não	0,00%	0,00%	0,00%
TO	51,30%	44,72%	6,58%	Não	0,00%	0,00%	0,00%

Tabela 2: Eleição para Governador em 2014

Fonte: TSE. Planilha de elaboração própria

Uma observação precisa ser feita em relação a estes dados. No que se refere ao estado de Goiás, o TSE anulou a votação recebida por um dos candidatos (Antônio Roberto Otoni Gomide), tratando os votos por ele recebidos como inválidos. Sem estes votos, percebe-se que o vencedor obteve mais de 50% da votação válida no primeiro turno, de modo que não deveria ter ocorrido o segundo turno. Porém, a anulação da votação deste candidato deve ter ocorrido após a realização do segundo turno, tendo a tabela apresentado esta discrepância (um candidato com mais de 50% dos votos no primeiro turno que ainda disputou o segundo turno).

Como se denotou na tabela 2, apenas 4 dos estados onde a eleição foi resolvida no primeiro turno apresentaram alta competitividade, com margem da vitória inferior a 15% e, em apenas um o resultado foi menor que 10%.

Já no segundo turno, a competitividade é marcadamente mais acirrada, como era de se esperar. Em 9 dos 14 estados com segundo turno a margem da vitória foi inferior a 10% no primeiro turno. Em 7 deles a diferença entre o primeiro e segundo

colocado foi menor do que 5%.

Com base nestes dados, realizaram-se gráficos de dispersão utilizando as variáveis corrupção e a margem da vitória, com o objetivo de se verificar a existência de relação linear e qual o sentido da linha de tendência (esperava-se uma tendência negativa, ou seja, mais casos percebidos de compra de votos conforme diminuísse a margem da vitória).

Foram elaborados dois gráficos com os resultados finais das eleições: o primeiro contendo os estados cuja eleição só teve o primeiro turno e outro com os do segundo turno. Como já dito acima, o estado de Roraima foi retirado do gráfico por ser considerado um *outlier*.

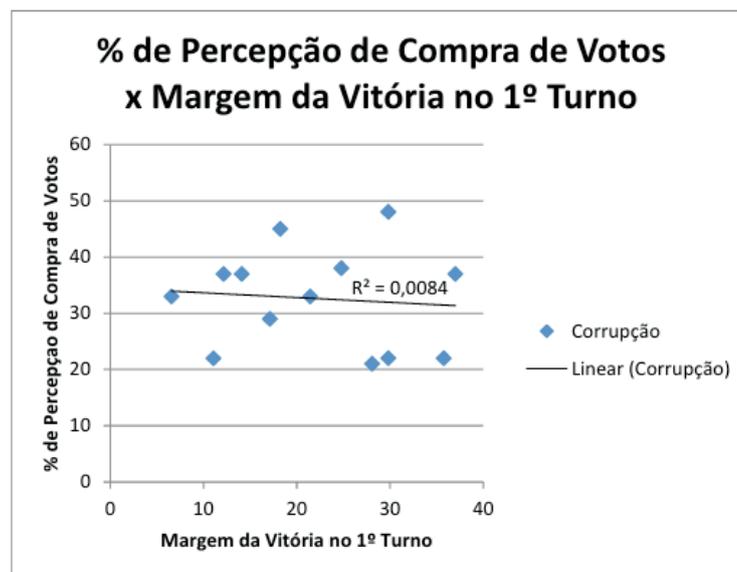


Gráfico 3: Dispersão das variáveis corrupção e margem da vitória no primeiro turno com linha de tendência

Fonte: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. (2015).

Gráfico: elaboração própria.

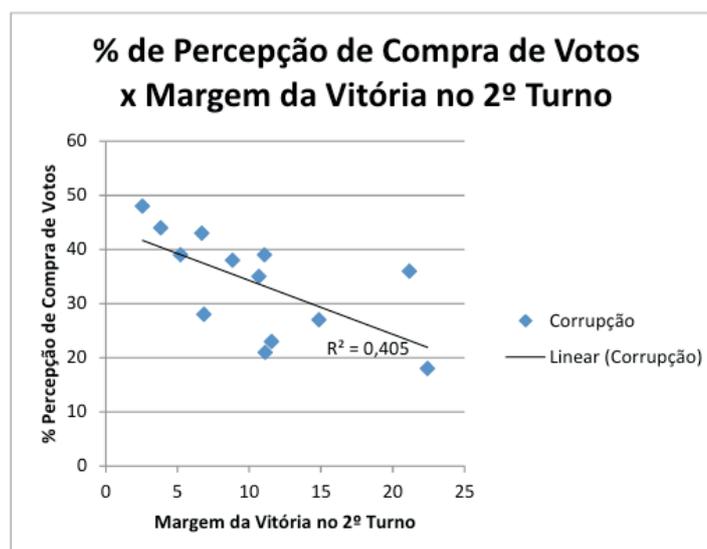


Gráfico 4: Dispersão das variáveis corrupção e margem da vitória no segundo turno com linha de tendência

Fonte: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. (2015). Gráfico: elaboração própria.

Observou-se a existência de relação linear e ambas as linhas de tendência mostraram-se coerentes com o que era esperado, apresentando-se uma relação negativa entre as variáveis.

Em seguida, realizamos um teste estatístico para verificar a existência de correlação entre as variáveis em duas etapas, uma considerando os estados que só contaram com o primeiro turno, enquanto a outra continha apenas os estados onde houve segundo turno, obtendo os seguintes *outputs*:

		Margem - 1º Turno	Compra de Votos
Margem - 1º Turno	Correlação de Pearson	1	-,092
	Sig. (2 extremidades)		,766

Tabela 4: Correlação - Compra de votos VS margem da vitória (1º turno)^a

a. De Lista N=13

		Margem - 2º Turno	Compra de Votos
Margem - 2º Turno	Correlação de Pearson	1	-,636*
	Sig. (2 extremidades)		,019

Tabela 5: Correlação - Compra de votos VS margem da vitória (2º turno)^b

*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

b. De Lista N=13

Observa-se destes resultados uma maior correlação entre a percepção da compra de votos e a margem da vitória quando o pleito foi decidido no segundo turno (e, como vimos, mais competitivo), apresentando uma magnitude moderada e significância estatística no nível de 5%. De fato, quando a eleição contou apenas com o primeiro turno (menor competitividade), além de não haver significância estatística entre as variáveis, a magnitude da correção foi desprezível.

Diante deste cenário, aplicamos um novo teste estatístico ao modelo que considera apenas os resultados do segundo turno, na tentativa de se estabelecer algum indício de causalidade entre as variáveis que possa apontar no sentido da corroboração da hipótese. Vejam-se os resultados:

Resumo do modelo

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
1	,636 ^a	,405	,351	7,6373027

a. Preditores: (Constante), Margem - 2º Turno

Coeficientes^a

Modelo		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
		B	Erro Erro	Beta		
1	(Constante)	44,230	4,371		10,120	,000
	Margem - 2º Turno	-,993	,363	-,636	-2,736	,019

Coeficientes^a

Modelo		95,0% Intervalo de Confiança para B	
		Limite inferior	Limite superior
1	(Constante)	34,610	53,850
	Margem - 2º Turno	-1,792	-,194

Tabela 6: Resultados do teste de regressão linear

a. Variável Dependente: Compra de Votos

Como se percebe, o R^2 do modelo informa que 40,5% da variável dependente é influenciado por modificações na variável independente. Além disto, o coeficiente B da variável margem da vitória no segundo turno manteve-se dentro do intervalo de confiança. Tudo isto aponta para a corroboração da hipótese formulada e para a rejeição da hipótese nula.

Entretanto, trata-se, ainda, de mera tendência. Um estudo mais conclusivo necessitaria da inclusão de variáveis de controle, pois o fenômeno estudado (corrupção) é conhecidamente complexo e multicausal e os ímpetus de analisar causalidade nos termos definidos pela literatura (e.g. KELLSTEDT e WHITTEN) geralmente se mostram insatisfatórios, mesmo com o uso de controles. Deste modo, diante das limitações deste trabalho, relega-se a sua expansão para uma futura agenda de pesquisa, mediante a inclusão de variáveis de controle indicadas pela literatura.

6 | CONCLUSÕES

A competitividade, como faceta das eleições, é parte integrante da democracia, devendo ser protegida. Os atos que maculam a justiça e a liberdade dos certames corroem, em última análise, o próprio regime democrático.

A corrupção, por sua vez, possui várias conceituações e abordagens

metodológicas. Porém, esta complexidade não pode inibir a realização de estudos sobre a temática e a busca de suas causas, como o trabalho que aqui foi exposto.

Objetivou-se analisar se a incerteza quanto ao sucesso ou à derrota eleitoral teria o efeito de incentivar os concorrentes a cometer atos de corrupção, como teorizado por CHANG (2005), valendo-se de dados diferentes dos de BATISTA (2013), buscando-se testar a hipótese de que quanto menor a margem da vitória, mais casos de corrupção seriam observados.

Os resultados apontaram a existência de uma linearidade negativa e de uma correlação entre a incerteza/competitividade (representada pela margem da vitória do primeiro lugar sobre o segundo lugar nas eleições para governador) e os casos de corrupção (sendo utilizado como *proxy* a percepção de casos de compra de votos). Além disto, os testes estatísticos demonstraram uma tendência a se confirmar a hipótese, corroborando os trabalhos anteriormente citados.

Não obstante, devido às limitações deste trabalho, aliada às dificuldades inerentes aos estudos baseados em percepção e à complexidade da verificação de relação causal em fenômenos envolvendo a corrupção, define-se como agenda de pesquisa a elaboração de novos modelos, desta feita incluindo variáveis de controle.

REFERÊNCIAS

AHMAD, N. 2001 **Corruption Perception Indices: A Comparative Analysis**. The Pakistan Development Review: 813-830.

ARISTÓTELES. 2002. **A Política**. Tradução Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret.

BATISTA, M. 2013. **Incentivos da Dinâmica Política Sobre a Corrupção: Reeleição, competitividade e coalizões nos municípios brasileiros**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 28: 87-106.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. 2015. **TSE Disponibiliza Pesquisa Sobre Eleições 2014**. Brasília-DF. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-pesquisa-eleicoes-2014>>. Acesso em 20/08/2018.

CHANG, E. C. C.. 2005. **Electoral Incentives for Political Corruption Under Open-List Proportional Representation**. Cambridge University Press. The Journal of Politics. 67 (3): 716-730

DAHL, R. A. 2005. **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo.

EDGEELL, A. et al. 2015. **When and Where do Elections Matter? A Global Test of the Democratization by Elections Hypothesis, 1900-2012***. V-Dem Working Papers, University of Gothenburg, V-Dem Institute.

HUNTINGTON, S. 1994. **A Terceira Onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática.

KELLSTEDT, P. M. & WITTEN, G. D. 2015. **Fundamentos da Pesquisa em Ciência Política**. Tradução da 2ª Edição de Lorena Barberia, Patrick Cunha Silva, Gilmar Masiero. São Paulo: Blucher.

KUNICOVÁ, J. & ROSE-ACKERMAN, S. 2005. **Electoral Rules and Constitutional Structures as**

Constraints on Corruption. Cambridge University Press. *British Journal of Political Science*. 35 (4): 573-606

LIJPHART, A. 2003. **Modelos de Democracia:** Desempenho e Padrões de Governo em 36 Países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LINZ, J. & STEPAN, A. 1996. **Toward Consolidated Democracies.** *Journal of Democracy* 7 (2). 14-33.

MELO, C. A. V. 2010. **Corrupção e Políticas Públicas:** Uma Análise Empírica dos Municípios Brasileiros. 01/03/2010. 230f. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Recife-PE.

_____. 2011. **Elementos Constitutivos e Dinâmica da Corrupção:** Um exercício conceitual. *Ariús: Revista de Ciências Humanas e Artes (UFCG)*. 17: 50-72.

_____, C. A. V. ; MIRANDA, C. C. ; MIRANDA, L. F. V. V. ; MIRANDA, O. R. S.; SILVA, P. H. R.; SILVA, P. S. N.. A Produção Acadêmica Sobre Corrupção na Ciência Política Brasileira: Objetos, Teorias e Métodos. In: **42º Encontro Anual da ANPOCS, 2018, Caxambu-MG**. GT09 - Dinheiro, Interesses e Democracia: A Influência dos Recursos Financeiros no Sistema Político, 2018

MIRANDA, L. F. 2018. **Unificando os conceitos de corrupção:** uma abordagem através da nova metodologia dos conceitos. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, 25: 237-272.

MONTINOLOA, G. R. & JACKMAN, R. W. 2002. **Sources of Corruption:** A Cross-Country Study. *British Journal of Political Science* 32: 147-170.

NYBLADE, B. & REED, S. R. 2008. **Who Cheats? Who Loots?** Political Competition and Corruption in Japan, 1947-1993. *American Journal of Political Science*. 52 (4): 926-941.

O'DONNELL, G. 1998. **Accountability Horizontal e Novas Poliarquias.** *Revista Lua Nova*. 44: 27-54.

PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. C. & MANIN, B. 1999. **Democracy, Accountability, and Representation.** Cambridge: Cambridge University Press.

SPECK, B. W. 2003. **A Compra de Votos:** uma aproximação empírica. *Opinião Pública*. IX (1): 148-169.

SOBRE A ORGANIZADORA

Luciana Pavowski Franco Silvestre - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abolicionismo 206, 209, 210, 211, 212, 215, 216, 217
Accountability 172, 173, 174, 177, 178, 179, 185, 186, 259, 269
Acumulação capitalista 80, 271, 272, 274, 276, 281
Adolescentes 23, 27, 50, 54, 57, 139, 140, 210, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 307
Agenda 2030 116, 117, 118, 119, 122, 124, 125, 127, 135, 136
Alcoolismo 46, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57
Análise de conteúdo 46, 116, 118, 120, 121, 123, 135, 136

B

Bullying 22, 23, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34

C

Cidadania 63, 64, 108, 109, 111, 114, 115, 133, 137, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 200, 205, 227, 241, 245
Cidadania digital 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 157
City image 1, 2, 4, 5, 6, 8
Competição 2, 16, 91, 99, 100, 174, 176, 256, 257, 259, 261
Compra de votos 256, 257, 258, 260, 261, 262, 263, 265, 266, 268
Compromisso social 231
Corrupção 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 265, 267, 268, 269
Criminalidade 133, 206, 208, 212, 214, 216, 218, 226, 229, 278
Criminologia 206, 207, 208, 214, 215, 216, 217, 218
Crise 11, 16, 65, 74, 80, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 105, 107, 108, 110, 159, 160, 162, 163, 166, 168, 170, 202, 206, 209, 221, 238, 239, 253, 271, 272, 275, 276, 277, 279, 280, 281

D

Democracia Contemporânea 172
Desigualdade social 78, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 131, 185, 193, 200, 205, 277
Dever do estado 146
Direito à privacidade 151, 243, 244, 245, 246, 247, 251
Direito constitucional 74, 113, 153, 158, 171, 245
Direito dos refugiados 159, 164
Direito fundamental 65, 146, 149, 150, 152, 157, 158, 191
Direito internacional 12, 159, 170, 253
Direitos 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 72, 73, 74, 75, 80, 91, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 107, 113, 129, 131, 133, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 199, 200, 202, 203, 204, 210, 211, 213, 215, 226, 227, 228, 229, 231, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 250, 251, 253, 254, 255, 278, 279

Direitos humanos 62, 74, 75, 105, 133, 147, 149, 150, 155, 157, 159, 160, 163, 164, 165, 167, 168, 170, 186, 191, 210, 211, 227, 243, 244, 245, 247, 250, 251, 253, 254

E

Economia criativa 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9

Educação 6, 33, 63, 64, 67, 71, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 105, 106, 111, 112, 113, 116, 119, 122, 128, 129, 131, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 149, 151, 158, 166, 179, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 204, 210, 223, 227, 300

Eleições 80, 110, 161, 162, 175, 176, 177, 178, 185, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 265, 267, 268

Emenda Constitucional 95/2016 7, 90

Empírica 269, 282, 287, 288, 289

Encarceramento feminino 218, 224, 228

Enchentes sazonais 58, 59, 60, 61, 73

Ensino médio 22, 28, 29, 33, 51, 76, 77, 78, 79, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 129, 144

Equiparação salarial 187, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 203

Estratégia pública 116, 118, 119, 120, 123, 125, 135

Estudante 22, 31, 89

Estudo de caso 8, 46, 51, 120, 291

Exclusão social 102, 202

F

Família 25, 27, 38, 39, 42, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 108, 111, 112, 114, 140, 141, 142, 167, 210, 213, 220, 221, 223, 225, 236, 239, 292, 298, 304, 307

Flexibilização do direito do trabalho 187

Forró 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44

G

Garantias fundamentais 58, 66, 152, 254

H

História 6, 10, 24, 33, 39, 52, 106, 107, 117, 137, 138, 139, 144, 145, 164, 168, 171, 212, 219, 229, 232, 236, 242, 276, 283, 284, 287, 290, 291, 292, 295

I

Indicadores fiscais 90, 95, 98, 99

Interação cérebro-máquina 243, 244, 249, 250, 253

Internet 23, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 167, 173, 180, 250, 252, 254

M

Método 102, 116, 118, 120, 121, 164, 170, 174, 175, 180, 188, 204, 282, 285, 287, 288, 289

Minimalismo 206, 209, 210, 212, 215, 216, 217

Mulher delinquente 218, 220, 221, 228

N

Neurociência 243, 250, 251, 253, 255

Neurotecnologia 243, 244, 250, 251, 252

Nordestinos 35, 37, 38, 39, 42, 43, 44

O

Objetivos de desenvolvimento sustentável 116, 117, 118, 119

P

Padrão de beleza 25, 33

Paulistas 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44

Percepções 46, 50, 56, 282, 286

Pesquisa 2, 3, 6, 11, 19, 21, 22, 23, 28, 29, 30, 32, 33, 38, 43, 46, 51, 53, 55, 57, 59, 60, 72, 76, 85, 86, 102, 106, 108, 115, 116, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 132, 135, 146, 148, 153, 154, 158, 170, 174, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 185, 187, 202, 203, 206, 233, 243, 245, 256, 258, 262, 263, 267, 268, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304

Pobreza 25, 72, 100, 102, 104, 105, 107, 108, 109, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 127, 134, 135, 149, 161, 200, 205, 271, 277, 280, 281

Poliarquia 172, 174, 175, 185, 257, 258, 268

Política 2, 3, 7, 9, 10, 12, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 66, 67, 68, 72, 73, 74, 76, 78, 80, 82, 87, 88, 89, 97, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 127, 132, 136, 137, 139, 144, 145, 148, 149, 159, 161, 163, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 177, 185, 186, 199, 211, 217, 218, 219, 220, 226, 227, 229, 232, 253, 257, 259, 268, 269, 280, 281, 283, 291, 292, 304, 306, 307

Política criminal 218, 219, 226

Políticas públicas 2, 3, 58, 59, 60, 65, 66, 68, 72, 73, 75, 78, 80, 81, 87, 91, 94, 95, 98, 99, 100, 102, 104, 105, 108, 109, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 128, 130, 135, 144, 146, 157, 162, 163, 173, 177, 179, 214, 240, 293, 305

Presídio feminino 218

Princípio da igualdade 64, 75, 198, 199, 201

Proteção social 76, 78, 87, 89, 94, 95, 168

Psicologia jurídica 231

R

Redução da maioridade penal 231, 237, 240

Reestruturação produtiva 270, 272, 275, 277, 279, 280

Reforma do ensino médio 76, 77, 78, 79, 81, 83, 84, 86, 87, 89

Rio criativo 6

Rio de janeiro 1, 4, 89

S

Sistema Único de Saúde 90

Sociabilidades 35

Superpopulação relativa 5, 9, 270, 271, 272, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281

T

Teoria 33, 34, 43, 64, 74, 75, 76, 89, 95, 105, 138, 141, 144, 174, 186, 210, 211, 215, 216, 221, 229, 241, 257, 277, 282, 283, 284, 285, 287, 288

Terceirização 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205

Transparência 133, 135, 172, 173, 174, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186

Turismo 1, 6, 7, 8, 10, 14, 18, 130

V

Venezuela 159, 160, 161, 162, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171

Violência 27, 28, 34, 35, 40, 54, 55, 129, 133, 210, 212, 220, 233, 234, 235, 237, 240, 241, 247, 254

Vivências 46, 286

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-801-4

